

COMPONENTES DA MESA

- Exmo. Sr. José Carlos Siqueira, Secretario de Planejamento do Estado de Goiás, neste ato representando o Exmo. Sr. Alcides Rodrigues Filho, Governador do Estado de Goiás;
- Sra. Maria Clara Cavalcante Bugarim, Presidenta do Conselho Federal de Contabilidade, nossa particular amiga e batalhadora em prol da Classe Contábil brasileira;
- Sr. Edson Cândido Pinto, Presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Goiás, anfitrião deste Seminário;
- Exmo. Sr. João Campos, Deputado Federal;
- Exmo. Sr. Rivalino de Oliveira Alves, Prefeito do Rio Quente;

Desejo mencionar ainda, como destaque pessoal, a presença neste recinto do Senhor Francesco Serao, atual membro do Consiglio Nazionale dei Dottori Commercialisti de Itália e Primeiro Presidente do CILEA.

- Colegas Vice-presidentes do Conselho Federal de Contabilidade e Presidentes e Vice-presidentes dos Conselhos Regionais de Contabilidade, aqui presentes;
- Conselheiros do Conselho Federal de Contabilidade e dos Conselhos Regionais dos Estados brasileiros;
- Presidentes e membros de diretoria de entidades da Classe Contábil do Brasil, em especial do Estado de Goiás;
- Contabilistas e estudantes que prestigiam este evento;

Meus Senhores e minhas Senhoras!

O Comitê de Integração Latino Europa-América (CILEA), instituição não-governamental, criada em 1997 e integrado inicialmente pela Argentina, Brasil, Espanha, França, Itália, México, Portugal e Uruguai e com um representante da Associação Interamericana de Contabilidade (AIC), hoje no curso do seu décimo ano de existência congrega atualmente 18 países de língua latina, irmanando as profissões liberais, em Ciências Contábeis e Econômicas.

Durante esta década, o CILEA aprofundou a sua filosofia e estratégia de desenvolvimento, aprovando um documento pelo qual norteia o planejamento de suas ações e consolidou sua forma jurídica, como entidade internacional, com sede em Roma.

Faço, para conhecimento dos presentes, a citação de alguns tópicos da filosofia do CILEA:

“A economia de um mundo já globalizado e as teses sobre o desenvolvimento atravessam hoje uma fase, indubitavelmente, nova.

Uma das tendências mais positivas do último decênio é o pleno reconhecimento de que o desenvolvimento impõe objetivos mais amplos, que vão mais além do progresso econômico em si mesmo: pois este, ainda segue sendo um fator importantíssimo, e não suficiente se não acompanhado de uma expansão substancial das liberdades humanas.

O conceito de ‘desenvolvimento como liberdade’, introduzido por Amartya Sen, prêmio Nobel de Economia de 1998, é precisamente a expressão desta nova perspectiva que tem raízes profundas, procedendo da difusão gradual de idéias e valores globais sobre os direitos humanos, sobre o desenvolvimento social, sobre o respeito da diversidade étnica e cultural, bem como a responsabilidade ambiental.

Os acontecimentos que tem caracterizado o começo deste milênio têm evidenciado que o processo de globalização dos mercados não é suficiente, por si mesmo, para criar um desenvolvimento sustentável. Ou seja, um desenvolvimento que seja equilibrado em nível econômico e que não tenha repercussões insustentáveis em nível social.

A difusão do comércio internacional e a livre circulação do capital financeiro não bastam para garantir que o desenvolvimento possa sustentar também os problemas relacionados aos equilíbrios políticos e sociais. Equilíbrios que são importantíssimos por si mesmos, já que são auto-sustentáveis nos elos da sociedade e em suas relações.

É o capital intelectual, por conseguinte, o que deve se situar na base dos sistemas de auto-regulação social, através dos quais se devem encontrar o caminho visando um novo sistema de controle dos processos de globalização. “Este deve ter como primeiro plano o capital intelectual, secundado pelo patrimonial e pelo financeiro.”

A profissão econômica e contábil deve assegurar que se proceda a favor do reconhecimento e da proposta de modelos eficazes para o controle da qualidade dos serviços profissionais, por conseguinte, há de se definir um exame dos sistemas adotados atualmente, para propor modelos de controle efetivamente qualificados.

A profissão econômica e contábil deve adotar uma postura flexível visando à adoção e utilização das novas tecnologias. Neste sentido, deve-se enfatizar que o emprego das tecnologias permita um aumento ou melhora da eficiência no desenvolvimento da atividade profissional, podendo realizar em tempo reduzido e com dados elaborados de maneira mais sofisticada e cumpre também uma missão inovadora ao introduzir novas oportunidades de consultoria que possam ser oferecidas à empresa pública ou privada.

A profissão econômica e contábil deve focar seu trabalho a favor de uma convergência internacional que identifique padrões e competências profissionais conhecidas e reconhecidas em nível mundial.”

CAROS COLEGAS CONTABILISTAS E DEMAIS PRESENTES,

Neste momento o mundo econômico se vê diante de dois grandes problemas. **O primeiro** ligado ao respeito à preservação do meio ambiente, como consequência dos grandes riscos do aquecimento global e a exaustão dos recursos não renováveis, inclusive e principalmente os energéticos. **O segundo** com o fenômeno econômico causado pela grande concentração de capitais fazendo com que os agentes econômicos no Planeta se dividam em duas células: as das grandes Corporações Econômicas e das Pequenas e Médias Empresas.

Pesquisas realizadas no mundo inteiro mostram que em todos os países as grandes corporações representam apenas 2 a 5 % das organizações econômicas formalmente existentes e revelando que a outra célula formada pelas Pequenas e Médias Empresas representa 95 a 98% das empresas formalmente existentes e responsáveis por cerca de 60% da massa de empregos.

Esta situação hoje comprovada faz com que os Organismos Mundiais, responsáveis pela emissão de Normas e Procedimentos que englobam as áreas da Contabilidade e Auditoria passem a iniciar um profundo estudo sobre a harmonização e convergência de Normas Contábeis e de Auditoria, que não podem prescindir daquelas específicas para as Pequenas e Médias Empresas em nível global.

O CILEA em sua reunião conjunta do Conselho Diretor e Junta de Diretores, realizada em Brasília, no dia 4 de maio de 2007, aprovou em atendimento às diretrizes básicas de política internacional constante da sua filosofia um projeto no qual deverá ser apresentado aos Organismos Internacionais, como IFAC, IASB, ISAR, dentre outros, sugestões visando à convergência das referidas normas. O documento citado deverá ser apreciado em 20 de julho de 2007, em Roma.

Especialmente no Brasil se discute a implantação da Lei do Super Simples, recentemente aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pela Presidência da República, a qual deverá entrar em vigor a partir de julho de 2007.

A Classe Contábil brasileira por meio do Conselho Federal de Contabilidade e dos 27 Conselhos Regionais de Contabilidade está envolvida neste processo, transmitindo a seus 400.000 profissionais a melhor forma de adequá-la às Normas Brasileiras de Contabilidade.

Os efeitos desta Lei alcançarão em torno de 98% das empresas formalmente existentes no Brasil.

Meus Senhores, minhas Senhoras!

Este Seminário que ora se inicia no Estado de Goiás, é um marco para a conscientização dos profissionais da contabilidade em relação ao desenvolvimento das Micro, Pequenas e Médias Empresas.

Nós contabilistas do Brasil, que somos agentes do desenvolvimento econômico, não podemos nos furtar de estarmos presentes neste importante momento de transição, desta política de desenvolvimento, que sem dúvida irá proporcionar a inclusão social de milhões de brasileiros, fazendo com que se mantenha um desenvolvimento sustentável para o país, bem como a melhoria de vida do povo brasileiro.

Na oportunidade não poderia deixar de registrar os meus agradecimentos, em nome do CILEA, ao apoio do Presidente do CRCGO, contador Edson Cândido Pinto e sua equipe, na organização deste XIV Seminário Internacional do CILEA.

MUITO OBRIGADO!!!